

Congresso - 1 MIL 1991

2 Brasília, segunda-feira, 1 de julho de 1991

RUY FABIANO

Ponto de Vista

CORREIO BRASILEIRO Equação inapelável

Os conflitos entre o Governo e sua base parlamentar têm uma causa fundamental: a falta de um elo doutrinário entre ambos. O que os une não é um ideário comum, defendido nos palanques e consagrado nas urnas, mas vínculos precários, de natureza utilitarista. A relação é clara e objetiva: o Governo atende as demandas clientelistas dessa base parlamentar e, em contrapartida, recebe dela votos favoráveis às suas demandas no Congresso.

Parece simples — e, de fato, o é. Mas há frequentemente efeitos colaterais perversos. Na medida em que, por fazões variadas — e a crise é uma delas —, o Governo deixa de atender satisfatoriamente as exigências, a contrapartida não tarda. E se traduz em manifestações de rebeldia nas bancadas aliadas, resultando em revezes muitas vezes desastrosos. Foi exatamente o que ocorreu semana passada, por ocasião da votação da Medida Provisória 296.

O contratempo em si — no caso, o adiamento do reajuste do funcionalismo — é secundário. Pode ser, como está sendo, remediado. Importa o recado que ele encerra. E o recado é claro: o Governo não possui sustentação confiável no Congresso. E, sem ela, não tem como empreender as reformas que concebeu para o País. E, sem essas reformas, é difícil vislumbrar o fim da crise.

Está lá, no preâmbulo do Projeto, assinado pelo presidente Collor: "O País tem que dar um salto que signifique, efetivamente, reconstrução de relações econômicas e sociais viciadas e ultrapassadas, se quisermos realizar um destino de grandeza, que dê condições reais de justiça e dignidade ao povo brasileiro". E ainda: "Che-

gou o momento de aprofundarmos o projeto de governo e fazer propostas coerentes com o nosso ideário, que assentem as bases de um grande processo de entendimento nacional".

Pergunta-se apenas: como dar o tal "salto" ou, mesmo, reconstruir "relações econômicas e sociais viciadas", dentro de um regime democrático e partidário, sem um dispositivo parlamentar? Como supor um "processo de entendimento nacional" que não tenha como pressuposto uma sólida sustentação partidária? Só há dois meios de empreender reformas, grandes ou pequenas: pela força ou pelo consenso. Na primeira hipótese, é preciso que se esteja em regime de exceção, o que, obviamente, não é o caso.

A outra hipótese, a democrática, exige maiorias organizadas, cujo palco deliberativo é o Congresso Nacional. É preciso que o voto da maioria consinta nas transformações. E, em certos casos — quando o tema é especialmente polêmico —, não basta alcançar maiorias plenárias. É preciso consultar diretamente a sociedade, seja via plebiscito, seja através de pactos como os de Mônaco. No caso do governo Collor, a equação é inapelável: a crise exige reformas que, por sua vez, exigem alianças. E já.

Quando anunciou o Projeto, o Presidente acenou nessa direção. Constituiu a Missão Kandir-Passarinho, para agregar adeptos, no Congresso e na sociedade. A missão, no entanto, teve vida curta: empreendeu duas viagens e pendurou as chuteiras, sem produzir resultados. De lá para cá, não mais se falou em Projeto e a base parlamentar do Governo, como se viu, simplesmente naufragou.